

DOCUMENTAÇÃO

A liberdade de não escolher meninas

A decisão livre da mulher para abortar sem explicar os seus motivos a ninguém, é para o movimento *pro-choice* um direito irrenunciável. Mas o que acontece quando este direito é utilizado pa-*ra* abortar fetos femininos devido ao seu sexo? O feticídio feminino é uma prática comum em países asiáticos, mas agora está a alargar-se igualmente ao Ocidente, e não só entre comunidades de imigrantes. A lógica *pro-choice* é obrigada a decidir entre recusar neste caso a livre escolha, ou ser coerente até ao fim.

Enquanto o “Daily Telegraph” agita a opinião pública com uma reportagem sobre abortos ilegais em função do sexo, a Ordem dos Médicos do Canadá interroga-se sobre como erradicar a eliminação de meninas por imigrantes asiáticos no Canadá. Agora que esta modalidade do aborto seletivo começa a ser notícia no Ocidente, é de perguntar sobre se haverá muita diferença entre eliminar um feto por ser menina ou menino, ter síndrome de Down ou não ser desejado por outra razão.

O ideal *pro-choice* – que as mulheres possam decidir se continuam ou não com a gravidez em qualquer momento e por qualquer motivo – tornou-se realidade, pela primeira vez no Ocidente, no Canadá. Em virtude de uma sentença do Supremo Tribunal de 1988, nesse país é possível abortar legalmente em hospitais públicos, gratuitamente, sem limite de gestação e por qualquer motivo.

À falta de limitações legais (por não existirem, não há nem lei do aborto), muitos médicos canadianos atuaram com algumas reservas. A maioria evita fazer abortos a partir da semana 20 da gravidez. Escolhem esse limite, porque a Ordem dos Médicos do Canadá afirma que o feto é viável a partir das 20 semanas da gestação.

Mas, essa norma não escrita não é cumprida em exceções como o risco para a saúde física ou psíquica da mãe. Além disso, as reservas morais dos médicos não conseguem travar o aluvião de abortos no Canadá. Desde há vários anos, o número de abortos tem girado em torno dos 100.000 (às vezes mais). No ano de 2011, aconteceram 386.013 nascimentos, número este que significa existir um aborto por cada 3,8 nascimentos.

Mas, num país tipo Canadá, tal como na maioria dos países ocidentais, a opinião pública dominante já está curada de espanto. Nesta altura, parece que a única coisa que pode provocar um curto-circuito no debate sobre o aborto são os bombardeamentos mediáticos como o do “Daily Telegraph”.

Abortos ilegais com engano

Perante a suspeita de que o aborto em função do sexo está a tornar-se “cada vez mais comum por motivos culturais e sociais” na Grã-Bretanha, jornalistas do “Daily Telegraph” lançaram-se numa investigação com câmara oculta (prática que, por exemplo, se proíbe em Espanha).

A equipa visitou nove clínicas abortistas e descobriu que, em três delas, os médicos falsificam a documentação para efetuar este tipo de abortos ilegais (na Grã-Bretanha, pode-se abortar até à semana 24 da gravidez em determinados pressupostos, mas nunca em função do sexo do feto). As gravações estão colocadas na *web* do “Daily Telegraph”.

Num dos vídeos, vê-se uma mulher que se dirige a uma clínica privada de Manchester para abortar, porque “o feto é feminino”. A ginecologista, que trabalha também num hospital público, interrompe a conversa: “Não faço perguntas. Se quer abortar, aborte”.

Depois telefona a uma colega para que esta preencha o protocolo. A médica explica-lhe que o aborto que vai realizar é motivado por “razões sociais” e que a grávida “não quer que lhe façam perguntas”.

Outro vídeo mostra um médico que trabalha numa das clínicas abortistas mais conhecidas do país, em Birmingham. Uma mulher grávida de 12 semanas explica-lhe que quer abortar porque não deseja ter uma menina.

O médico objeta: “Mas isso é injusto... Seria como que um infanticídio feminino, não acha?”. Aí a mulher sugere-lhe que indique outro motivo no formulário. Resposta do ginecologista: “Sim, é melhor. Porque essa nunca é uma boa razão. Indicarei que é muito jovem para levar a gravidez até ao fim, que lhe parece?”.

O terceiro caso ocorre numa clínica de Londres. A especialista aceita fazer o aborto a uma mulher grávida de 18 semanas,

que quer abortar porque o seu parceiro já tem um filho do sexo masculino do primeiro casamento e agora desejam uma filha.

A reportagem do “Daily Telegraph” foi um alerta para o governo britânico. O Ministro da Saúde, Andrew Lansley, recorda que “a seleção em função do sexo é ilegal e imoral”. A polícia acaba de abrir uma investigação.

Também no Canadá faltam meninas

Pouco antes do “Daily Telegraph” ter publicado a sua reportagem, a Ordem dos Médicos do Canadá – a mais importante do país, com 70.000 filiados – lançou uma proposta surpreendente: atrasar a informação sobre o sexo do bebé até à semana 30 da gravidez, para evitar a eliminação de meninas asiáticas nesse país.

O autor da proposta é Rajendra Kale, um dos chefes de redação do “Canadian Medical Association Journal”. O editorial, muito comentado na imprensa canadiana, inclui ideias provocadoras e prepara o terreno para uma notícia publicada na mesma revista por Lauren Vogel, jornalista especializada em temas de saúde.

Diz Kale: “Quando os imigrantes asiáticos vieram para os países ocidentais, trouxeram consigo receitas para o curry (caril) e outros pratos que foram muito bem-vindas. Mas, infelizmente, alguns deles também importaram a sua preferência pelos filhos do sexo masculino e o aborto de meninas. A eliminação de fetos femininos conta-se por milhões na Índia e na China, mas também existe na América do Norte em percentagens suficientemente grandes para distorcer o rácio homens -mulheres nalguns grupos étnicos” (R. Kale, “It’s a girl! – could be a death sentence”, “CMAJ”, 16 janeiro 2012).

Aqui entram em jogo os dados de Vogel. Se numa população normalmente nascem 105 meninos por cada 100 meninas, no Canadá nascem 108 meninos por cada 100 meninas nas comunidades de imigrantes do leste e do sul da Ásia, desequilíbrio que não se observa no resto do país.

Quando já nasceram filhas, o défice é mais acentuado por cada nascimento sucessivo. Assim, entre os imigrantes da China, Coreia do Sul e Vietname que já têm duas filhas, nascem 139 meninos por cada 100 meninas. E entre os imigrantes da Índia, a relação é de 190-100, quase dois meninos por menina (cfr. L. Vogel, “Sex selection migrates to Canada”, “CMAJ”, 21 fevereiro 2012).

Os dados trazidos por Vogel refletem o que acontece a uma maior escala nos países de origem destes imigrantes, onde a mistura de preconceitos sexistas, a pobreza, a política do filho único na China, e o problema do dote na Índia, levam à eliminação de milhões de meninas e ao conseqüente desequilíbrio de sexos.

Mudar os termos do debate

O editorial de Kale menciona outro estudo qualitativo, realizado a 65 mulheres indianas residentes nos EUA. Embora a amostra seja muito pequena, dá uma ideia da pressão psicológica que sofrem estas mulheres para que o bebé seja do sexo masculino.

Sobre os resultados, é de destacar que 40% dessas mulheres abortaram quando se aperceberam de que estavam grávidas de fetos femininos; e 89% delas tentaram abortar pelo mesmo motivo nalgum momento da gravidez. Kale pensa que estes dados se podem extrapolar para os imigrantes asiáticos idos para o Canadá.

E aí lança a polémica proposta: que os médicos atrasem a todos os pais a informação sobre o sexo do feto até à semana 30 da gravidez, “um preço pequeno”, diz Kale, “que deveria ser pago para salvar centenas de meninas no Canadá”. E termina, afirmando: “Se o Canadá não consegue controlar esta prática repugnante, que esperança de salvação resta para milhões de mulheres na Índia e na China?”.

Embora a medida esteja cheia de boas intenções, verifica-se que é muito pobre. Margaret Somerville, fundadora e diretora do Centre for Medicine, Ethics and Law da McGill University (Montreal), apresenta duas razões em “MercatorNet” (30 de janeiro de 2012).

Primeira: é muito fácil de burlar, pois nos dias que correm pode-se conhecer o sexo do feto a partir da oitava semana da gravidez com uma simples análise de sangue da mãe. E segunda: em geral, os pacientes têm um direito ético e jurídico de conhecer a informação que os médicos obtêm deles.

Além disso, este ocultar da informação já foi tentado utilizar, sem sucesso, na Índia, de modo a travar a eliminação de fetos femininos.

De qualquer forma, Kale teve o mérito de fazer atrair a atenção mediática para o aborto em função do sexo. E fê-lo com palavras fortes. Num momento em que no Canadá se começa a aceitar o eufemismo “equilíbrio familiar” (*family balancing*, em inglês), coloca uma lança em África com expressões do tipo “prática repugnante” ou “feticídio feminino”.

J. M.

O “equilíbrio familiar” torna-se respeitável

Há algo de inquietante no debate levantado pela Ordem dos Médicos do Canadá a respeito do aborto de meninas. Será que realmente se trata apenas de uma prática localizada nas comunidades de imigrantes asiáticos? Não poderia estar a ocorrer no Canadá, o que está já a passar-se na Suécia?

A Direção Nacional de Saúde e Bem-Estar Social sueca decidiu, em 2009, que não se pode negar o aborto à mulher que não quer ter um filho de determinado sexo. A decisão foi provocada pelo caso de uma mulher que já tinha abortado duas vezes por não querer ter uma menina (cfr. “Aceprensa”, 14 de maio de 2009).

Se a Suécia, sempre um paladino dos direitos das mulheres, veio a admitir o aborto de meninas, visto o sexo não ser o desejado, porque não ia acontecer o mesmo no Canadá, onde existem ainda mais facilidades para abortar?

A dúvida surge ao ler um artigo de André Picard, jornalista especializado em saúde pública e colunista de esquerda do “The Globe and Mail” (17 de janeiro de 2012). “Há provas convincentes de que alguns canadianos de ascendência sik, hindu e chinesa praticam a seleção por motivo do sexo”.

“Mas também há canadianos de todas as religiões e raças que recorrem a outras formas de ‘equilíbrio familiar’. Trata-se de casais que já têm uma menina e agora querem um menino, ou que têm dois meninos e agora desejam uma menina. Aí decidem abortar o feto e experimentar novamente”.

No mesmo artigo, Picard apresenta-nos um dos teóricos do chamado “equilíbrio familiar”. Não é um imigrante asiático que, além de receitas de caril, importou para o Canadá os seus preconceitos ancestrais contra a mulher. Trata-se do professor Tim Caulfield, que dirige a cátedra sobre política e legislação de saúde da Universidade de Alberta.

Para Caulfield, o aborto em função do sexo seria um problema de sensibilidade. Haverá pessoas cuja consciência tolera melhor ou pior esta prática. Mas, em si mesma, não tem nada de reprovável. “Pode-se estar de acordo ou não, pode-se gostar mais ou menos, mas as pessoas que praticam o equilíbrio familiar não são malvadas nem indignas”, explica.

Caulfield esclarece que, com essas palavras, não está a defender o aborto seletivo. Só quer chamar a atenção sobre um facto incontestável: que o aborto em função do sexo é “um assunto complexo com muitos matizes”.

Picard, por exemplo, adianta um matiz curiosíssimo: “A última coisa de que necessitamos, é que as mulheres, que já estão a enfrentar uma difícil escolha, acabem sob o fogo de perguntas de qual o motivo porque abortam”.

E a tudo isto, que diz a maior organização *pro-choice* do Canadá? Numa declaração de 2006 sobre o aborto seletivo

em função do sexo, a Abortion Rights Coalition of Canada (ARCC) emite doutrina: “Ser *pro-choice* significa apoiar o direito de uma mulher a decidir se continua ou não a sua gravidez por qualquer motivo, mesmo se não se estiver pessoalmente de acordo com a sua escolha”.

“Para muitas pessoas, inclusivamente dentro do movimento *pro-choice* e as que trabalham em clínicas abortistas, incomoda-as a prática do aborto seletivo em função do sexo; sobretudo, pelos preconceitos culturais que parecem motivar estes abortos”.

“Todavia, é importante recordar que não podemos restringir os direitos da mulher ao aborto, simplesmente, por haver mulheres que venham a tomar decisões com as quais não estejamos de acordo”.

A este argumento, o colunista do “National Post”, Chris Selley, objeta com um simples: “E por que não? Quem o afirma?”. E acrescenta: “Qualquer outro país civilizado tem leis sobre o aborto. Não me importa que o Canadá não tenha, porque considero que todos os abortos são moralmente equivalentes. Mas, sem dúvida, aqui encontro-me em minoria”.

“A discussão sobre o aborto seletivo em função do sexo parece electrocutar os circuitos mentais de muitos canadianos, como um *robot* de “Star Trek” interrogado pelo Capitão Kirk: ‘Devemos apoiar o direito ao aborto. Mas não devemos fazer o aborto a meninas porque são meninas. Mas... devemos apoiar o direito ao aborto!’... Errado!”.

Paradoxalmente, se a sociedade canadiana admitisse a posição da ARCC, criaria o alibi perfeito para os grupos étnicos que praticam abortos de meninas por preconceitos culturais. Alibi que também serviria para eliminar meninas (e meninos) por puro capricho.

Daí que a proteção levada ao extremo pela ARCC do direito ao aborto livre seja na realidade a expressão mais esmagadora da falta de respeito para com a dignidade da mulher. O bonito sinal de emancipação imaginado por algumas, converte-se assim na inexorável sentença de morte de outras.

Aborto sim, mas até aqui?

De todo o modo, descobrir que nas decentes sociedades ocidentais se pratica e se defende abertamente o aborto seletivo em função do sexo, será realmente assim tão escandaloso? Sim, se o motivo de escândalo é a banalidade do motivo pelo qual se elimina um feto: que os pais já tinham um bebé de um determinado sexo. Não, se o argumento é existirem fetos de primeira e de segunda categoria: a decisão cabe ao pensamento politicamente correto.

Aquando da reportagem do “Daily Telegraph” sobre as clínicas abortistas, Allison Pearson, uma colunista que apoia o direito ao aborto, interrogava-se no mesmo diário: “Como pudemos tornar-nos tão insensíveis para utilizar um ato de vida ou de morte – literalmente – numa ferramenta destinada a satisfazer

o curioso desejo de ter um bebê que possa vestir de azul ou outro de rosa?”.

Pearson, uma *pro-choice* clássica, indigna-se ao observar a banalidade do motivo. E faz bem. Mas, sendo assim, poderia levar o argumento até às suas últimas consequências: se existe um direito a interromper as gravidezes não desejadas, que motivos existem para parar diante das gravidezes que foram queridas e deixaram de o ser porque o bebê era do sexo não desejado?

Porquê rasgar agora as vestes se, como querem as suas colegas da ARCC, as mulheres têm um direito à “absoluta liberdade reprodutiva”? Será que essa liberdade não inclui a de abortar até gostarmos do sexo do bebê?

Também se pode examinar o argumento em sentido contrário: por que não se pode fazer abortar um bebê quando é uma menina, mas é perfeitamente admissível abortar um bebê quando tem síndrome de Down? Quem decide que fetos merecem proteção e quais não?

É o que refere Chris Shelley no “National Post” (18 de janeiro de 2012): “Não podemos discriminar um adulto com síndrome de Down, como muito menos podemos discriminar as mulheres ou os negros adultos. Mas se concedemos direitos humanos a um tipo de fetos, como justificamos não os conceder aos restantes? Porquê proteger um feto em perigo de extinção devido ao seu sexo, e não por ter uma deficiência?”.

A confusão antissocial que agora a Ordem dos Médicos do Canadá tenta deslindar, revela que, uma vez admitido o aborto livre, a sociedade fica sem argumentos para se opor à liberdade de fazer abortar meninas devido a caprichos pessoais.

Se isto incomoda ou não as consciências *pro-choice* é um assunto privado. O que já não é tão privado são as escolhas que levam uma sociedade a conviver pacificamente com práticas radicais – por desumanas –, que nada têm a ver com a saúde das mulheres nem com a medicina.

J. M.